



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ianca Ferreira Feijó Bueno

PRECONCEITO DE GÊNERO NA ESCOLA:

Como as docentes da EJA lidam com manifestações de preconceito com a mulher em sala de aula?

Porto Alegre
2º Semestre
2020

Ianca Ferreira Feijó Bueno

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera

Porto Alegre
2º Semestre
2020

AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho pude constatar que elaborar uma monografia em meio à pandemia, de fato não é uma tarefa fácil. Diante disso, felizmente pude contar com pessoas que me apoiaram e incentivaram neste processo e, que certamente merecem meus mais sinceros e fraternos agradecimentos. Aos que estiveram sempre ao meu lado durante este árduo momento, inicio meus agradecimentos dizendo um muito obrigada cheio de carinho e gratidão! Obrigada mãe, obrigada ao meu namorado Pedro Fernandes Nunes Farias e obrigada à minha orientadora Aline Lemos da Cunha Della Libera. Sem a ajuda e assistência de vocês eu não teria conseguido chegar até o final desta importante etapa.

Reforçando os agradecimentos, cito novamente minha mãe, Alexandra Ferreira Feijó, minha melhor amiga, maior incentivadora e a pessoa que mais admiro em vida. A gratidão e o amor que tenho por ti são imensuráveis. Obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos dessa caminhada, tanto os bons quanto os ruins; obrigada pelo teu otimismo, pela tua força, pela persistência e o teu apoio para me erguer e incentivar nos momentos em que cogitei desistir. Me espelho na mulher forte e batalhadora que me deu a vida, e se diante deste trabalho finalizo uma etapa tão importante em minha vida, digo com toda a certeza que tu és a maior responsável por eu ser capaz. Eu te amo muito.

Agradeço também à minha dinda e meu tio, Ana Cláudia Ferreira Feijó e Rafael Barcelos Perfeito, que foram cruciais na minha escolha pelo curso de Pedagogia. Sou muito grata pelo apoio e estímulo que me deram no momento de escolha do curso de graduação. Obrigada por também me acolherem nos momentos difíceis e me ensinarem tanto (na vida pessoal e também profissional) e por serem igualmente grandes incentivadores e apoiadores das minhas vitórias. Amo vocês!

Agradeço ao meu namorado, Pedro Fernandes Nunes Farias, que também me motivou muito na elaboração deste trabalho e esteve ao meu lado nos momentos difíceis, da escrita e da vida. Obrigada por me ouvir, me acolher e não medir esforços para me ver bem. Obrigada por ser essa pessoa tão amável e carinhosa. Sem ti meus dias com certeza não seriam tão mais leves e doces.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Aline Lemos da Cunha Della Libera, pois sem ela a elaboração deste trabalho também não seria possível. Obrigada pela parceria,

pela compreensão, por todas as palavras amigas nos momentos difíceis e pelo acolhimento. Aproveito para expressar minha grande admiração por ti, por ser essa grande mulher e professora, a qual dá visibilidade à luta pelos direitos das minorias, que felizmente tive o prazer de conhecer durante a graduação e que sem dúvidas foi uma das figuras femininas que me influenciou a estudar sobre o tema desta pesquisa.

Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça a metade da população.

Bertha Lutz.

RESUMO:

O presente Trabalho de Conclusão de Curso põe em pauta o preconceito de gênero com a mulher no contexto da educação, mais especificamente na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o qual é resultado de uma sociedade machista e repleta de desigualdades sociais no que tange aos sexos masculino e feminino. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é conhecer e analisar quais as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras atuantes na EJA que visam promover a conscientização sobre o preconceito de gênero com a mulher e o enfrentamento da desigualdade de gênero na escola. A análise da pesquisa se concentra em identificar se há e como se manifesta o preconceito de gênero com a mulher e o machismo no contexto da EJA, bem como, a recorrência do debate sobre preconceito de gênero e feminismo na sala de aula com a finalidade de refletir sobre as estratégias utilizadas pelas professoras para abordar ou não este tema. Como subsídios deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com ênfase nas obras de Guacira Lopes Louro (2000), Maria Beatriz Nader e Lívia de Azevedo Silveira Rangel (2014), entre outras autoras. Também foram feitas entrevistas semi estruturadas com três professoras atuantes na EJA em escolas públicas de Porto Alegre/RS. Como resultado, identificou-se que o preconceito de gênero com a mulher ainda se faz presente no contexto da educação de jovens e adultos destas escolas, e se manifesta através de falas e atitudes que partem majoritariamente dos homens. Com base no levantamento bibliográfico e nas entrevistas, constatou-se que as instituições de ensino infelizmente ainda dependem muito do impulso e empenho das professoras mulheres para que haja estratégias de ensino voltadas ao fim do preconceito contra a mulher e do combate ao machismo. A formação continuada advinda do poder público também foi identificada como escassa e enfraquecida na EJA, não somente relacionada aos estudos de gênero e feminismo, mas como um todo.

Palavras-chave: Preconceito de gênero - Mulheres - Educação de Jovens e Adultos - EJA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: ADENTRANDO ÀS DIFERENÇAS DE GÊNERO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	Erro! Indicador não definido.
2.1 Saberes e Escritas: O Estado da Questão	12
2.2 Conceitos Fundamentais	21
2.2.1 Fatores históricos	22
2.2.2 Estudos feministas	24
2.2.3 O preconceito de gênero em pauta na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	25
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	28
4. ANÁLISE DE DADOS	31
4.1 Representações do machismo em sala de aula	31
4.2 Estratégias de ensino e abordagem: mulheres de referência	35
4.3. A resistência das mulheres	37
4.4 Formação continuada docente em escassez	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6. REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	51
ROTEIRO DE ENTREVISTA	51
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	52

1. INTRODUÇÃO: ADENTRANDO AS DIFERENÇAS DE GÊNERO

Desde que ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia, na medida em que desenvolvia minha formação, aprimorei meu olhar de aprendiz e passei a ter um discernimento diferente sobre os elementos que me cercavam. Fatores que antes passavam despercebidos por mim ou vistos como “normais” no cotidiano, tornaram-se objetos de questionamento e reflexão diária.

Como futura docente e, principalmente, como mulher, desenvolvi uma visão crítica sobre a sociedade, a qual me fez observar e problematizar ações e falas presenciadas diariamente - tanto em ambientes de vivência comum quanto em ambientes escolares - que disseminavam a desigualdade entre homens e mulheres. No decorrer da graduação também participei de uma série de debates, bem como palestras e encontros acadêmicos que me permitiram a reflexão sobre o quanto a mulher é inferiorizada em nossa sociedade através dos diversos meios. Historicamente, o sexo feminino é colocado abaixo, em nível hierárquico, se comparado aos homens, sejam estes níveis trabalhistas, políticos, econômicos e acadêmicos, com manifestações machistas em diversos âmbitos. Podemos observar este fenômeno tendo por base o direito ao voto das mulheres no Brasil, que foi adquirido no século XX, em 1927, ou também, ao realizarmos uma análise das diferenças recentemente manifestas, através censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018. No quarto trimestre deste ano foi publicado, em sua agência de notícias, que a “diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens” (IBGE, 2019). Estes dados expõem que a diferença salarial entre os sexos masculino e feminino ainda prevalece mesmo no século XXI.

Tais informações me levaram a crer que a sociedade tem enraizada em suas crenças uma cultura machista e desigual ao se tratar dos direitos de homens e mulheres e, partindo de tais constatações, passei a me questionar e buscar compreender quais as concepções que originaram o machismo na sociedade atual. Também fiquei intrigada sobre o quanto a desigualdade entre os sexos reflete nos fatores econômicos, políticos e culturais, delimitando espaços de atuação para homens e mulheres e produzindo normativas comportamentais para cada um dos sexos.

Por ser graduanda em um curso de licenciatura, me detive a investigar de que forma a escola influenciava em tais concepções e crenças perante os discentes, bem como, analisar como os debates de gênero eram tratados no ambiente escolar e, também, de que maneira as instituições de ensino contemplavam - ou não - a discussão sobre a desigualdade perante o sexo feminino, visto que “em todos os níveis de ensino muitos currículos fazem intervenções desastrosas para as vivências das diferenças nas escolas ou se silenciam sobre [...] questões de gênero” (PARAÍSO; CALDEIRA, 2018, p.17). Entendo que, por se tratarem de ambientes formativos, as escolas públicas, em tese, têm como prerrogativa promover a criticidade dos discentes perante a importância das igualdades sociais, seja ela de gênero, de raça, econômica, política ou cultural. Acredito, igualmente, que a instituição de ensino pública tem o dever de gerar conhecimento suficiente para um mundo mais justo e, para isso, torna-se inevitável abordar preconceitos. Ainda assim, é crucial mencionar que no atual cenário político brasileiro, existe um movimento que visa impedir as instituições de ensino públicas de abordarem as desigualdades existentes, alegando que a escola não deve “doutrinar” os educandos sob uma perspectiva crítica, e sim, apenas transmitir um conhecimento genérico, que não faça com que os alunos questionem ou problematizem os estudos tradicionalmente realizados. Partindo destes dois cenários, também é importante averiguar se a escola pública atual estimula o pensamento e posicionamento de seus discentes na busca pela justiça social ou tem sido ameaçada pelas imposições políticas. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 3º, constam alguns princípios, dentre eles: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”; “III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”; “IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;” “XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”.

Na perspectiva legal, as instituições de ensino da educação básica têm como objetivo a formação dos/as cidadãos/ãs perante o fortalecimento de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, logo, partimos da premissa de que é dever da escola orientar e promover a conscientização dos educandos, por meio de estratégias de ensino, sobre a importância da igualdade social em todas as instâncias e, no caso deste estudo, no que se refere aos homens e às mulheres.

Em muitas escolas, o sexo feminino é inferiorizado nos meios esportivos, por exemplo, onde os homens acabam por receber muito mais incentivo docente na prática e ensino de atividades físicas e as mulheres são subestimadas e direcionadas a afazeres menos desgastantes. Esta, inclusive, foi uma das experiências vivenciadas por mim, enquanto mulher, no ensino regular, no qual, durante anos, eu e colegas do sexo feminino ficávamos observando os meninos jogarem bola, basquete, correrem e etc. Nesta proposta, as mulheres da turma jogavam jogos de tabuleiro e ficavam sentadas.

No decorrer de minha formação como Pedagoga realizei uma série de atividades de “mini prática”¹ desenvolvidas em algumas das modalidades de ensino da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos) - todas elas em escolas públicas - e, durante estes períodos, pude vivenciar uma série de situações cotidianas que disseminavam o preconceito de gênero e a inferiorização das mulheres na sociedade.

O preconceito de gênero², vivenciado por mim durante estes períodos, era reproduzido através das falas - tanto de professores quanto de alunos e, também, por meio de normas impostas pelas instituições de ensino em sala de aula. Os docentes ali presentes, no geral, seguiam uma linha teórica “tradicional”, ocupando a sala de aula com o intuito de transmitir os conhecimentos de acordo com o seu próprio discernimento entre o certo e o errado, suas próprias ideologias e crenças, sem diálogo ou debate sobre as informações passadas aos alunos. Presenciei por diversas vezes, professoras dizendo que meninos eram mais espertos e tinham mais facilidade em aprender, enquanto as meninas eram preguiçosas e conversavam demais. Em contrapartida, também observei os meninos serem repreendidos por brincarem com bonecas e as meninas por desejarem um carrinho presenciando, até mesmo, alunos serem ridicularizados por não saberem se portar “como um homem” ou “como uma mulher”, numa perspectiva de que a condição biológica do sexo do indivíduo determina características pré-estabelecidas.

¹ Atividade obrigatória do currículo de graduação em pedagogia, a qual visa observar e planejar atividades curriculares com base nos conhecimentos adquiridos. Em determinados momentos da graduação o aluno é designado a realizar práticas docentes com orientação dos professores durante duas semanas, a primeira é destinada para a observação do cotidiano escolar e outra para planejar e aplicar atividades curriculares e experienciar uma semana como docente da turma, sempre sob supervisão dos professores titulares.

² O conceito de gênero será apresentado no referencial teórico deste trabalho.

Foram estas trajetórias e vivências durante as atividades de mini-prática da graduação que me fizeram eleger o preconceito de gênero com as mulheres como o foco deste trabalho de conclusão. Neste sentido, a modalidade de ensino que mais me chamou atenção pelas manifestações recorrentes de machismo e preconceito com as mulheres foi a Educação de Jovens e Adultos. Creio que isso ocorra em virtude da modalidade ser composta por indivíduos de mais idade, os quais já possuem uma personalidade instituída, com vivências mais aprofundadas, indivíduos que se formaram em meio a uma sociedade patriarcal³ e, por conseguinte, machista.

Ressalto que, como presenciei o cotidiano das escolas apenas em pequenos períodos da graduação, não consegui acompanhar se as manifestações de preconceito de gênero vivenciadas por mim acabaram sendo abordadas pelas professoras titulares como um tema de estudo e, até mesmo, debate entre os discentes da turma. Isso me fez refletir, neste caso, sobre as docentes da EJA, buscando identificar se as educadoras já se atentaram, ou não, para tais questões que envolvem o preconceito e o machismo em sala de aula, bem como, se ao presenciarem tais falas e atitudes, abordam, ou não, a temática por meio de estratégias de ensino, visando à mitigação dos preconceitos acerca das mulheres.

A partir disso, no primeiro capítulo deste trabalho apresento, no referencial teórico, o levantamento de estudos que estão relacionados com o tema deste trabalho de conclusão, os quais, a meu ver, são vinculados ao estudo sobre o respeito do machismo e do preconceito com a mulher no ambiente escolar. Na sequência, ainda no referencial teórico, irei apresentar e articular fatores históricos e conceitos centrais, em meio à discussão da temática, a origem e influência do movimento feminista no combate ao preconceito de gênero com a mulher e, por fim, abordarei as manifestações de preconceito com a mulher na Educação de Jovens e Adultos. No segundo capítulo, irei expor o caminho metodológico percorrido no levantamento de dados desta pesquisa, expondo as ações desenvolvidas no decorrer do estudo e a técnica de coleta de dados utilizada. No terceiro capítulo exporei a análise dos dados e resultados obtidos na pesquisa-ação e por fim, a conclusão e compreensão do trabalho realizado.

³ Onde o domínio dos homens sobre as mulheres compõe sua estrutura. Uma das referências sobre este tema é Heleieth Saffioti.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Saberes e Escritas: O Estado da Questão

O desenvolvimento deste estudo teve início na busca por obras já publicadas vinculadas à temática do trabalho de conclusão, o qual realizei por meio de pesquisa bibliográfica denominada *Estado da Questão*, que tem por objetivo compreender “como se encontra o seu tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência” (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2004, p.7). Sabemos que o preconceito de gênero com as mulheres e o feminismo são assuntos muito pautados nos dias atuais em discussões sociais, econômicas, políticas e culturais - o que é ótimo, considerando a sua importância para uma sociedade igualitária entre homens e mulheres. Ainda assim, por se tratarem de temas muito visados, ao pesquisar trabalhos relacionados a estes conceitos encontrei uma imensidão de materiais nas plataformas de busca mais comuns. Ao realizar uma busca rápida na plataforma Google Scholar utilizando as palavras “gênero”, “Educação de Jovens e Adultos”, “EJA” e “mulheres” foram encontrados 14.800 trabalhos de uma só vez. Isso demonstra que a abrangência do tema é ampla, o que acaba por tornar inviável a análise desta grande quantidade de textos. Partindo disso, optei por delimitar minhas buscas a três plataformas acadêmicas, sendo elas o *Lume* (Repositório Digital da UFRGS), *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD) e *Scielo* (Scientific Electronic Library Online). Ainda assim, ao realizar uma busca com os descritores citados, nos três sites foi encontrado um grande volume de trabalhos, desta forma, busquei realizar uma análise mais profunda e detalhada sobre textos que realmente tivessem relação com o desenvolvimento desta pesquisa, sobretudo abordando o âmbito escolar e a EJA. A partir desta delimitação, acabei encontrando um número bem inferior de obras que, de fato, abordavam os conceitos que busco esmiuçar em meu trabalho, visto que a grande maioria dos trabalhos tem o enfoque no preconceito de gênero vinculado à sexualidade, relacionando o preconceito com a opção sexual dos sujeitos (LGBTQIA+) e não apenas relacionado às origens biológicas (homem e mulher).

É importante ressaltar que o enfoque desta pesquisa está relacionado ao preconceito com as mulheres, mas sem adentrar em fatores referentes às sexualidades. Isto porque também considero o preconceito de orientação sexual uma grande pauta de debate e pesquisa, mas que, a meu ver merece um estudo exclusivo e que se aprofunde

nas causas LGBTQIA+⁴, logo, optei por focar este trabalho apenas na abordagem do preconceito de gênero para com a mulher, utilizando como base teórica de análise e reflexão os movimentos feministas, os quais lutam pela igualdade de condições e direitos entre homens e mulheres. Para tanto, além dos descritores, também busquei delimitar algumas das vertentes de pesquisa visando encontrar dados atuais e com maior relação com o enfoque deste trabalho, pois considero que o “mergulho na bibliografia existente requer um cuidado e um rigor” (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2004, p.9). A primeira filtragem realizada foi a delimitação de um determinado período de tempo para as datas de publicação dos trabalhos analisados, de 2015 a 2020. A segunda consistiu em identificar trabalhos semelhantes ao que me proponho neste estudo, através dos títulos das publicações; por fim, a terceira filtragem abarcou em analisar os resumos dos trabalhos em consonância com o tema de minha pesquisa para, enfim, partir para uma análise mais densa das obras.

Das três plataformas utilizadas, a que mais gerou resultados utilizando os descritores previamente estabelecidos (“gênero”, “Educação de Jovens e Adultos”, “EJA” e “mulheres”) foi o Lume, manifestando um total de 254 trabalhos. Contudo, dentre as 254 publicações, em virtude das duas primeiras filtrações pré-definidas para a análise de dados, restaram apenas 121 trabalhos. Dentre estes 121, iniciei a varredura entre os títulos para identificar quais deles se relacionam com minha perspectiva teórica e obtive o total de 4 trabalhos relacionados diretamente ao preconceito de gênero com a mulher. Os demais trabalhos afastavam-se da temática do preconceito, não se enquadrando na modalidade de educação de jovens e adultos e focalizando as discussões apenas para questões da sexualidade.

Realizei uma análise sobre os 4 trabalhos que mais se aproximavam da temática pretendida. O primeiro trabalho analisado, de autoria de Silva (2016), foi intitulado *Como as crianças e adolescentes expressam opressões relativas a gênero e sexualidade em oficinas extensionistas na grande Cruzeiro em Porto Alegre*. O trabalho de conclusão de curso está vinculado à graduação em Educação Física e aborda a participação da autora no Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH) operante na zona sul de Porto Alegre

⁴ LGBTQIA+ trata-se de um movimento político e social de inclusão de pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. O que significa a sigla LGBTQIA+?. Bluevision, 2021. Disponível em: <<https://bluevisionbraskem.com/desenvolvimento-humano/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

em escolas da rede municipal de ensino. O grupo tem como foco a realização de oficinas para a análise sobre o trabalho infantojuvenil e a violação dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, na medida em que realizavam as oficinas, o grupo observou com frequência diversas formas de opressão que, na maioria das vezes, eram vinculadas ao gênero, sexualidade e à raça. Isso motivou a pesquisa, partindo de uma perspectiva marxista e tendo como objetivo “analisar como as opressões relativas a gênero e sexualidade aparecem nos relatos (falados e escritos) das crianças e adolescentes” (SILVA, 2016, p. 12). O trabalho também abordou a divisão social no mercado de trabalho, a partir do gênero e da classe social, bem como a hierarquização dos homens sobre as mulheres na perspectiva de uma sociedade capitalista. Em seguida versa sobre as identidades e os padrões de gênero analisados no contexto inserido. Traz falas sobre o machismo impregnado na perspectiva da “família tradicional”. Silva (2016) utiliza, em sua pesquisa, o método histórico-dialético e traz, junto à análise de dados, uma tabela intitulada “Relatos referentes a padrões de gênero e machismo”. Destaco uma destas reflexões: “Fizemos um debate com a turma, questionando se existe brincadeira ou jogos que sejam só de menino ou só de menina. Disseram que não, mas que às vezes é melhor as meninas não jogarem pra não se machucar, já que “são mais frágeis”” (SILVA, 2016, p.48). Por fim, salienta-se a importância do debate e combate frente a estes estigmas no ambiente escolar. Apesar de não ser voltada à prática docente na Educação de Jovens e Adultos, o trabalho de Silva (2016) aborda diversas das questões sociais debatidas e elencadas por mim em meu estudo sobre preconceito de gênero. Tal leitura suscitou pensar que essas situações podem acontecer em ambientes escolares, o que nos provoca a propor atividades de enfrentamento ao preconceito.

Partindo para a próxima produção encontrada, igualmente produzida como requisito para a conclusão do curso de Educação Física, analiso o estudo realizado por Hostyn (2016) sobre *Atitudes sexistas de professores de educação física durante suas aulas: relatos e reflexões*. Este trabalho é ainda mais voltado aos estudos contemplados por mim neste TCC, pois já em suas primeiras páginas a autora traz pressupostos teóricos sobre o sexismo/machismo, opressão e luta de classe, utilizando-se de linhas teóricas marxistas. A escola é igualmente vista como uma ferramenta de “moldagem” dos sujeitos, intervindo diretamente em suas crenças e ideais e, na maioria das vezes, corroborando para a desigualdade social de gênero. Hostyn faz análises sobre a origem

da opressão contra a mulher bem como o atual cenário de desigualdades entre os sexos, refletindo que “o sistema capitalista é pautado nos estereótipos dos gêneros, estabelecendo papéis cabíveis para homens e mulheres e fazendo com que estes se mantenham no molde” (HOSTYN, 2016, p. 19). A autora parte para estudo do preconceito de gênero na esfera da Educação Física e, através de uma análise empírica por meio de questionário semiestruturado, ela conclui que os estereótipos de gênero estão muito presentes no ensino da Educação Física, frisando que “o fato de privar um dos gêneros de determinadas práticas reforça o estereótipo de que há coisas de meninos e coisas de meninas” (HOSTYN, 2016, p. 28). Assim como já expresseo por mim neste trabalho, Hostyn (2016) conclui em sua pesquisa que a escola também é um ambiente extremamente opressivo, onde é possível identificar diversas atitudes machistas/sexistas por parte dos professores. A autora traz, em suas reflexões, a necessidade de mudanças no campo da ideologia escolar com aprofundamento de temas sociais.

A terceira produção encontrada com autoria de Magri (2017), enfim contempla a temática da educação de jovens e adultos, intitulada *Mediações de conflitos de preconceitos na sala de aula da EJA: A visão das professoras em formação*. O autor, assim como eu, realizou o trabalho para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia e se propôs a observar durante o estágio obrigatório na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, as relações entre discentes bem como “falas e posturas dos estudantes que expressavam alguns preconceitos, em especial o preconceito de gênero” (MAGRI, 2017, p.9). O autor menciona a importância da mediação de situações deste teor através de práticas pedagógicas, considerando as especificidades da EJA. Magri, partindo de Bobbio (2011) também faz uma retomada histórica sobre os significados da palavra preconceito e delimita compreensões sobre o tema, na qual ele versa que as “relações preconceituosas sobre os mais variados assuntos, podem ser consideradas algo “comum”, mesmo dentro das salas de aula de EJA” (MAGRI, 2017, p. 15). O texto expõe que, muitas vezes, os alunos da EJA não possuem a intencionalidade de ofender as mulheres com suas falas, pois não refletem sobre o que estão dizendo e sim, reproduzindo aquilo que já vivenciaram e encararam como um padrão social naturalizado. A diferença da produção de Magri (2017) se comparada ao estudo que visou desenvolver é que, em sua pesquisa, o autor procura entrevistar estudantes que já passaram pelo período de estágio e questioná-los(as) sobre as situações de preconceito

de gênero presenciadas ao longo da docência e, a partir das respostas obtidas, refletir sobre a necessidade de intervenção da escola sobre o assunto. Ele expõe que a escola deve defender a igualdade de direitos entre todos os indivíduos - independente do sexo - e através de estratégias pedagógicas, problematizar o preconceito de gênero através de mediação dos professores.

A última publicação encontrada vinculada aos estudos sobre gênero é de autoria de Borges (2018), intitulada *Mapeamento de trabalhos publicados nos Anais do ENPEC: a diversidade da temática de Gênero e Sexualidade e seu amplo potencial de transformação*. O trabalho foi elaborado pela autora para a obtenção do grau de licenciada no curso de Ciências Biológicas e consiste em realizar um mapeamento sobre os artigos publicados nos Anais das edições de 2013, 2015 e 2017 do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) para assim “investigar como a temática de gênero e sexualidade têm sido tratadas na Pesquisa em Educação em Ciências no Brasil, na atualidade” (BORGES, 2018, p.15). A autora realiza uma revisão bibliográfica e delimita duas etapas em sua pesquisa: a primeira de caráter quantitativo com a finalidade de somar o número total de trabalhos publicados pela ENPEC em suas últimas três edições; já a segunda, de caráter qualitativo, visa a análise destes materiais a partir da leitura completa dos arquivos com o intuito de averiguar quais deles versam sobre a problemática de gênero. Na análise quantitativa ela verifica a existência de 3.239 publicações, contudo, ao realizar a filtragem dos trabalhos com base em critérios pré-estabelecidos para a análise, a autora encontra 67 trabalhos. Após a análise qualitativa dos artigos, Borges (2018) destaca que, em sua grande maioria, os trabalhos discorriam sobre o despreparo e a falta de capacitação dos professores na abordagem de tais temáticas em sala de aula e o quanto os docentes consideram o assunto como “tabu, polêmico, que muitos têm vergonha, podendo afrontar crenças ou religiões ao ser debatido” (BORGES, 2018, p. 29). A partir de todas as análises, a autora conclui que a temática de gênero é abordada sob a ótica de um currículo tradicional vicioso e que a maneira como ele é trabalhado nas instituições de ensino influi no meio social, desencadeando e reproduzindo ideais machistas. Borges finaliza versando sobre como a reflexão sobre preconceito de gênero implica na problematização deste conceito, a partir do seu contexto histórico, social, cultural e político (2018).

Realizei a segunda busca por trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e, nesta plataforma, ao pesquisar pelos primeiros descritores definidos (“gênero”, “Educação de Jovens e Adultos” “EJA” e “mulheres”) obtive o resultado de 31 publicações e parti para a varredura com base nos critérios estabelecidos. A primeira filtragem distinguiu publicações entre os anos de 2015 a 2020. Dos 31, apenas 15 trabalhos se enquadravam no perfil de análise. A partir daí, averigui os títulos destas publicações, chegando a um total de 3 teses que estavam inseridas nos critérios de minha pesquisa.

O primeiro trabalho encontrado trata-se de uma dissertação de mestrado da área de psicologia da educação, com autoria de Pereira (2018), intitulado *Gênero, sexualidade e educação: um estudo feminista e fenomenológico com educadoras de uma EMEF em São Paulo*. Este trabalho foi um dos que mais identifiquei como semelhante ao meu viés de pesquisa, visto que a autora se insere no ambiente escolar e tem como objetivo analisar o papel da escola na formação dos alunos com base em questões de gênero e sexualidade. Ao se inserir em uma escola de ensino fundamental, Pereira (2018) constatou por meio de observações, a necessidade de inserção do debate e ensino sobre esta temática em sala de aula e na comunidade escolar, trabalhando tais conceitos e buscando a conscientização sobre as necessidades de relações igualitárias entre os gêneros na convivência social. A autora utilizou como método entrevistas com áudio gravado, onde questionou professoras atuantes da escola sobre o tema de preconceito de gênero e o porquê de ele não ser abordado atualmente nos conteúdos curriculares. Pereira (2018) dispôs de 3 encontros com as professoras e, em cada um deles, realizou conversas sobre a temática de gênero, abordando acontecimentos que ela tivera vivenciado durante o período de observação nas turmas de ensino fundamental. Em alguns dos relatos de conversa, as professoras admitiam que, por vezes, acabavam reproduzindo falas preconceituosas e até pactuando com algumas opiniões sexistas sem se dar conta, dizendo que se sentiam como “reprodutoras de normas sociais [tradicionais], porém de forma inconsciente, em falas involuntárias” (p. 46). Estes relatos vão ao encontro de muitas das minhas vivências em sala de aula, onde pude presenciar cenas similares nas quais professoras reproduziam o machismo sem se dar conta, fazendo com que tais atitudes fossem vistas como norma e corroborando para a reprodução das desigualdades de gênero. Por fim, a autora traz como reflexão a necessidade de abertura do diálogo, uma conversa entre

professores/as, gestores/as e famílias, de modo a cessar os medos e inseguranças dos educadores para trabalhar com estes temas em sala de aula (PEREIRA, 2018).

A segunda obra trata-se de uma dissertação de mestrado voltada para a área da educação, com autoria de Soares (2017), intitulada *A relação dialógica: Mulher e EJA na construção da consciência feminista*. Este estudo demonstrou grande afinidade com o tema de minha pesquisa, visto que foi desenvolvido com premissas a disseminar o machismo e tendo como um dos principais objetivos promover a equidade de gênero nas mulheres educandas da EJA. Assim como acredito e irei tratar neste estudo, Soares entende o machismo como “uma construção cultural ao longo da história e que precisa e pode ser mudada” (2007, p. 31). A dissertação tem como objetivo de pesquisa propiciar ações e reflexões através de programas educativos os quais contribuam para a construção da consciência de equidade de gênero na EJA. Soares (2007) demonstra que a consciência sobre a necessidade de abordagem do tema de sua pesquisa foi se delineado por intermédio do desenvolvimento de três projetos pedagógicos, executados na EJA, na escola em que atua. A pesquisa foi realizada em uma escola pública de nível fundamental em Brasília, que atende alunos do ensino regular para crianças e adolescentes, e da EJA. A autora exprime na dissertação que durante o desenvolvimento de um dos três projetos pedagógicos da escola, o qual consistia na escrita da história de vida dos alunos da EJA, constatou através de histórias relatadas por alunas mulheres o quanto a desigualdade de gênero é demarcada na pirâmide social. Quase todos os recortes de vida exibidos por suas alunas continham narrativas de submissão aos homens, recheados de violência doméstica, controle e manipulação masculina - seja por parte dos pais, esposos, chefes e etc. - e a obrigatoriedade em exercer tarefas domésticas voltadas a atender seus parceiros e filhos. Soares (2007) também relata uma história de violência doméstica sofrida por uma de suas alunas, que buscou auxílio e acolhimento na escola. Ela conta um pouco das histórias de suas alunas frisando as narrativas que mais lhe chamaram atenção. A autora também conta um pouco da história da educação da mulher brasileira abordando as desigualdades enfrentadas ao longo dos séculos pelo sexo feminino.

Dando seguimento às análises temos a terceira dissertação de mestrado encontrada a qual foi elaborada por Gomes (2016). Também voltada à área da educação, foi intitulada *A construção de igualdade de gênero no currículo da educação*

de adolescentes, jovens e adultos na rede municipal de ensino de Goiânia. Este trabalho mostrou-se bem semelhante ao anterior, pois também foi realizado com o método de pesquisa-ação em uma escola pública esta, por sua vez, no município de Goiânia. A autora tinha como objetivo analisar o currículo proposto para a EJA da escola em questão, procurando por propostas metodológicas e estratégias educacionais relacionadas às discussões de gênero e sexualidade. Assim como em meu trabalho de conclusão, Gomes (2016) teve como motivação de pesquisa experiências vivenciadas na escola, como falas e atitudes de alunos, que a fizeram despertar para a necessidade de debate sobre o preconceito e a diminuição do sexo feminino. Ela percebeu, ao longo dos anos como professora da EJA, que suas próprias alunas mulheres tinham incorporado em si um pensamento machista, acreditando que haviam nascido para cuidar do marido, dos filhos e de sua casa e deixando a escola em segundo plano - este era um dos motivos para frequentarem a EJA. Com este trabalho, a autora buscou “contribuir com o processo de construção de uma nova cultura escolar de respeito à diversidade” (2016, p.16). Gomes também levantou como pauta de discussão de que forma os educadores são, e se são de fato, instruídos a abordar tais temáticas através do currículo escolar. Ela frisa que, por muitas vezes, os docentes mal sabem que podem integrar os conteúdos das disciplinas à história das mulheres, ao questionamento da subjugação feminina ao decorrer dos séculos e seus motivos, o respeito à diversidade e tantos outros assuntos que são importantes para que os alunos criem outra perspectiva de sociedade que não a machista e patriarcal. Partindo disso, a autora apresentou como proposta da pesquisa-ação uma intervenção com o corpo docente e alguns funcionários da instituição de ensino, como uma formação realizada por meio de um grupo de estudos no qual os participantes realizaram seminários, assistiram vídeos e reportagens e realizaram uma série de atividades todas voltadas para a temática de gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos. A autora também discorre, no decorrer da dissertação, sobre o feminismo, a história da EJA, os sujeitos ali inseridos, o currículo e as metodologias mais recorrentes desta modalidade de ensino e a necessidade de reescrita dos planos políticos pedagógicos da EJA tendo por base a abordagem dos preconceitos de gênero e diversidade.

Por fim, partindo para a busca dos descritores na plataforma Scielo, para a minha surpresa, obtive um total de seis artigos, considerado um número pequeno. Ao aplicar os critérios de filtragem estabelecidos, dos seis, apenas dois textos se enquadravam nos

temas da pesquisa que realizei para este TCC. Ainda assim, dentre os dois, um deles era de língua espanhola e, por não ter fluência neste idioma, não pude realizar sua leitura e análise. Logo, parti para a leitura do único trabalho restante e iniciei minhas análises.

O texto tem como autoria Godinho e Fischer (2019) e foi intitulado *Escola, trabalho e gênero: uma experiência da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino de Porto Alegre*. Apesar do título ir ao encontro dos conceitos que busco analisar, o trabalho em questão não versa diretamente sobre a perspectiva do preconceito com a mulher em âmbito escolar e social ou sobre a desigualdade de gênero na escola. O texto de Godinho e Fischer (2019) discorre sobre os formatos e experiências de trabalho das mulheres em processo de escolarização na EJA, com o objetivo de “analisar experiências de trabalho artesanal vivenciadas em uma escola pública de EJA em Porto Alegre/RS” (GODINHO; FISCHER, 2019, p.336). A pesquisa se desenvolveu falando sobre a história e concepção da EJA e criticando o aligeiramento da alfabetização de adultos não letrados para a acelerada inserção desses cidadãos no mercado de trabalho. As autoras versam sobre a distinção de tarefas de trabalho entre homens e mulheres, mas não fazem menção sobre o preconceito de gênero tendo a mulher como foco e sim, um preconceito generalizado com os sujeitos que frequentam a EJA.

Por fim, através das buscas e análises em plataformas acadêmicas, pude constatar que a quantidade de obras voltadas para a temática de gênero, as quais discutem sobre preconceito com a mulher, machismo, feminismo e a abordagem do tema no ambiente escolar, progrediu consideravelmente nos últimos anos. Constata-se que a problemática está em fase crescente tanto em termos de produção científica quanto de pauta social. Ainda assim, encontrei poucos trabalhos que versam sobre estes conceitos e a problematização das questões de desigualdade de gênero na EJA. Em nenhum dos trabalhos encontrados vislumbrei a busca pelo diálogo com as docentes atuantes para tentar compreender a vivência e experiências destas educadoras perante o tema ou questionar como as mesmas lidam com esta abordagem em sala de aula.

A maioria das pesquisas ainda é muito voltada para o estudo geral do conceito de feminismo, em sua maioria sem apresentar ou debater sobre práticas e/ou estratégias educacionais que disseminem a ideologia e objetivem a conscientização dos alunos da

EJA sobre a igualdade entre homens e mulheres. Aquelas que apresentam propostas de formação docente sobre a temática, a exemplo da dissertação de Gomes (2016), ainda são escassas, considerando a importância de estudo e debate sobre o tema. Também se identificou que a maioria das pesquisas mescla o preconceito de gênero/machismo com o preconceito de diversidade sexual e os movimentos LGBTQIA+, o que faz com que as dissertações abordem amplamente os dois temas, sem ir a fundo sobre as questões de desigualdade do gênero feminino, como é o caso de minha pesquisa.

Outro aspecto importante a se citar é que, mesmo as pesquisas realizadas com enfoque no cotidiano escolar e práticas pedagógicas, analisaram apenas o contexto do ensino fundamental regular para crianças e adolescentes, como a de Pereira (2018). Já esta pesquisa que apresento, busca avaliar o tema na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos, a qual é instituída por um público de maior faixa etária que, por sua vez, já vem acompanhado de uma bagagem cultural, vivências, experiências, crenças e uma personalidade com convicções já estabelecidas. Isso é o que torna o debate e a conscientização mais desafiadores.

Por estes motivos, acredito que para além do debate teórico sobre o preconceito com a mulher e a desigualdade de gênero, é igualmente importante elaborar trabalhos que discutam sobre métodos interventivos utilizados pelas professoras atuantes na EJA e também conhecer e compreender de que forma estas educadoras encaram e trabalham na prática sobre esta temática com seus/uas respectivos/as alunos/as. Minha pesquisa se faz necessária, pois ao contrário da maioria analisada por mim, tem por base explorar e conhecer práticas pedagógicas utilizadas no cotidiano escolar visando o enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres e buscando a conscientização sobre o feminismo.

2.2 Conceitos Fundamentais

Com vistas a explorar e compreender o cerne das manifestações de machismo e desigualdade de gênero nas turmas de EJA, faz-se necessário refletir sobre conceitos e teorias que contornam o preconceito ao qual são submetidas as mulheres em uma cultura ocidental, binária e machista instaurada no Brasil. Para refletir e dissertar acerca

do tema desta pesquisa, apoio-me de forma crucial nas produções de Louro (2000), Nader e Rangel (2014), autoras de referência na área dos estudos de gênero.

2.2.1 Fatores históricos

Para compreender o que é o preconceito de gênero, faz-se necessário realizar uma análise histórica acerca dos conceitos que o cercam e suas características originárias. A discriminação e o preconceito com a mulher são fatores antigos, enraizados na cultura ocidental machista e, por muitos anos, proferidas como norma por aqueles que se beneficiam com isso, por assim dizer, o sexo masculino. O conceito de machismo trata de um sistema de representação e dominação que utiliza como justificativa o sexo, de forma que “utiliza o argumento do sexo [...] reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante [homem] e o polo dominado [mulher]” (DRUMONT, 1980, p. 82). Na perspectiva machista, os homens sempre foram pertencentes ao grupo dominante, fixados no topo da hierarquia social, com lugar de poder e de fala, direitos estabelecidos perante o coletivo que, por sua vez, se manifestam em detrimento ao sexo feminino, atribuindo à mulher o papel de submissa.

Neste modelo social, cabe às mulheres depender dos homens para viver, da sua voz e da vontade de seus pais, irmãos, maridos e, muitas vezes, virando reféns das vontades alheias. Pode-se dizer que, por muitos anos, na sociedade

A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construía representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais (LOURO, 2008, p. 20-21).

Pelas palavras de Louro (2008) compreendemos que a verdade absoluta dos homens foi, por muito tempo inquestionável, o que culminou com a segregação das mulheres e a grande discrepância entre o sexo masculino e feminino, resultando também no preconceito de gênero.

O conceito de gênero “engloba todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens” (LOURO, FELIPE e GOELLNER, 2013, p. 18) assim como, conforme exposto por Nader e Rangel (2014) “o termo gênero passou a ser utilizado por feministas norte-americanas que visavam acentuar o caráter essencialmente social das distinções baseada no sexo”. Observa-se que o conceito age como referência à construção das diferenças entre homens e mulheres, seguindo em direção à normativa social e determinando papéis

identitários para estes sujeitos de acordo com o seu sexo. As normativas socioculturais foram criadas justamente para que houvesse a distinção e hierarquização entre homens e mulheres, a qual determinou, ao longo da história, que dispuséssemos de “algumas oposições comumente utilizadas para definir culturalmente quais são os atributos masculinos e quais são os femininos.” (RIBEIRO *et al*, 2007, p. 88).

As atitudes preconceituosas e normas sociais pré-definidas por gênero foram firmadas como “naturais” na sociedade patriarcal, instaurando como padrão, ao se tratar de homens e mulheres, fundamentos discriminatórios e dualistas. Pelas palavras de Louro, “as identidades de gênero remetem-nos às várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade” (2000, p. 64), determinando como cada sujeito deve se portar apenas com base em seu sexo. Pela perspectiva de Nader e Rangel (2014) identificamos que as diferenças de gênero estão entrelaçadas a uma diferenciação sociocultural, onde o masculino tornou-se historicamente um ser dominante. Da mesma forma, acreditam que a mulher foi concebida historicamente como um ser frágil, sensível, fraco e entrelaçado a atividades insignificantes para com o resto da sociedade, tendo em vista que, durante muitos anos, “caracterizavam a natureza do gênero feminino como inferior ao masculino, uma vez que, sob estes preceitos, as mulheres eram ‘totalmente destituídas de sabedoria’” (NADER e RANGEL, 2014, p.90-91). A mulher não votava, não trabalhava, não participava da economia, muito menos era instruída sobre seus direitos, não tinha noções de política, não frequentava a escola, a não ser as escolas voltadas ao desenvolvimento de atividades domésticas. Logo, historicamente, “a mulher aparece como aquela que ocupa o espaço doméstico, embelezando-o, e responsabiliza-se pela educação e cuidado do marido” (LOURO; NECKEL; GOELLNER, 2003, p. 189). A mulher também foi rotulada tradicionalmente como um objeto sexual de serventia do homem, sempre em vistas a se tornar submissa.

Por fim, partindo da necessidade de desconstrução identitária do sexo feminino e da normativa machista sobre a vida das mulheres, fez-se necessário a criação de um movimento, uma ideologia que lutasse pela extinção do machismo e das desigualdades sociais entre homens e mulheres e sobretudo o preconceito de gênero, originando-se assim o movimento feminista.

[...] o conceito de gênero tornou-se instrumento poderoso para as lutas do movimento feminista e, principalmente, no campo das políticas públicas, tornou-se importante para identificar os interesses das mulheres e defender seus direitos, como seres humanos. (NADER, 2014, p.15).

2.2.2 Estudos feministas

O movimento feminista foi criado pelas mulheres visando a liberdade feminina, a contestação do machismo e a busca por ressignificar a história das mulheres. Céli Pinto (2010) aponta que a origem do movimento foi marcada pela chamada “primeira onda feminista” onde as mulheres, nas últimas décadas do século XIX, começaram a lutar na Inglaterra por suas condições e direitos, tendo como marco de reivindicação o voto feminino. Este período foi marcado pelas lutas e manifestações feministas até que no início do século XX, em 1918, o voto feminino foi concedido no Reino Unido. Este foi o primeiro e grande passo que demarcou o início de uma nova era para as mulheres. No Brasil, o movimento foi liderado por Bertha Lutz, a qual também lutou pelo direito ao voto das brasileiras, conquistado em 1932, conforme afirma Pinto (2010).

De acordo com Nader, “o feminismo surgiu, exatamente, em decorrência da existência da discriminação social, lutando por mudanças [...]” (2014, p.60). A autora fala de discriminação entre homens e mulheres no sentido das relações sociais e de poder, na qual os homens sempre foram colocados como dominadores, superiores e reguladores dos direitos e deveres das mulheres, simplesmente pelo fato de serem homens. O feminismo luta justamente para aniquilar tais diferenças e imposições machistas, buscando equidade no que tange às relações sociais e de poder, independente do gênero da pessoa. No decorrer das décadas “o movimento feminista [...] introduziu o debate sobre a autonomia das mulheres e do seu potencial de decidir e de escolher (NADER; RANGEL, 2014, p.68) transcorrendo assim como um movimento libertário.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher - no trabalho, na vida pública, na educação, - mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p.16).

O movimento, apesar de ter começado com efervescência, perdeu sua força em meados de 1930, aparecendo novamente com influência somente no ano de 1960, na chamada “segunda onda feminista”. Esta nova fase também foi marcada pelo lançamento da obra de Simone de Beauvoir “O Segundo Sexo” (1949) - de acordo com os estudos de Pinto (2010).

Ainda assim, apesar de o movimento estar na luta a mais de um século pelos direitos das mulheres, os “desafios continuaram a ocorrer na vida das mulheres e

perduraram até a virada do século” (PISCITELLI, 2009, p. 88), desafios como a extinção do machismo e a aniquilação das diferenças de gênero. Infelizmente os dias atuais ainda são de enfrentamento e luta para o movimento feminista, o qual continua em combate às desigualdades sociais, econômicas e culturais entre homens e mulheres, ainda reivindicando direitos que não foram integralmente assegurados para as mulheres, mas desta vez com um novo formato, de modo que “o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas” (PISCITELLI, 2009, p. 53) para a sociedade.

Por fim, apesar de anos de batalha pela equidade de gênero, o feminismo no século XXI permanece na ativa, se adaptando e adentrando novos espaços, utilizando-se de novas táticas e, por fim, pelas palavras de Piscitelli:

[...] o feminismo como movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

2.2.3 O preconceito de gênero em pauta na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Sabe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um espaço de estigmas e preconceitos, porque acolhe indivíduos que, aos olhos da sociedade, não se escolarizaram no período “correto”. O que a maioria não considera, é que estes mesmos indivíduos não frequentaram a escola na idade esperada, pois tiveram impedimentos de acesso ao direito à educação que os impossibilitaram de priorizar os estudos durante a infância e a juventude. Neste sentido, é preciso entender que “a EJA trata de alunos com características diversificadas e diferenciadas das crianças e adolescentes do ensino em idade regular” (SIQUEIRA e GUIDOTTI, 2017, p.17), mas que estas características devem ser consideradas e associadas às propostas de ensino, e não silenciadas.

Por se tratarem de pessoas já na fase adulta, é preciso considerar que estes sujeitos adentram a sala de aula da EJA trazendo consigo pensamentos, opiniões, crenças e saberes já estabelecidos em virtude de suas vivências e trajetórias de vida ou, assim como Freire (2014) acredita, saberes socialmente construídos na prática comunitária. Neste sentido, entendemos que os discentes da EJA, ao serem convidados a debater e refletir sobre determinada temática social na escola - no caso desta pesquisa, o preconceito de gênero -, já tenham considerações e pontos de vista formados a respeito disso.

Na perspectiva do preconceito de gênero com as mulheres, pode-se dizer que a desigualdade entre homens e mulheres e a segregação da figura feminina foi implantada de forma cultural como um princípio de normativa social, o qual se embasou por muito tempo no “determinismo biológico nas relações entre homens e mulheres na sociedade, imprimindo à identidade feminina e masculina um caráter histórico e cultural” (NADER e RANGEL, 2014, p.14), o que resultou na naturalização de atitudes e falas machistas por parte dos jovens e adultos, indivíduos que, por vezes, frequentam a EJA. Estes sujeitos, muitas vezes, se desenvolveram em um contexto da sociedade onde a diferenciação de gênero e a inferiorização da mulher eram tidas como naturais, logo, acabam por reproduzir a discriminação nos espaços que frequentam. Partindo disso, é importante observar de que forma o preconceito com as mulheres vem se manifestando dentro das instituições de ensino e quais estratégias são/ou não utilizadas pelas docentes, isso considerando a escola como um lugar de aprendizado e reflexão crítica. É importante nos questionarmos sobre a existência de estratégias de ensino que visam o combate e a erradicação do preconceito de gênero com as mulheres, a fim de “trabalhar com a desconstrução dos discursos masculinos sobre as representações femininas, derrubando e deslocando sua construção hierárquica” (NADER e RANGEL, 2014, p.106) de modo a dismantelar uma visão histórica de submissão das mulheres.

Diante disso, é importante saber de que forma este assunto vem sendo abordado e problematizado na EJA, visto que se trata de um ambiente de produção e desenvolvimento do conhecimento teórico e social de jovens e adultos. Segundo Louro, “as teorias educacionais e as inúmeras disciplinas que constituem os cursos de formação docente pouco ou nada nos dizem sobre os corpos - dos estudantes ou dos nossos” (2000, p. 60). É possível identificar a real necessidade de inserção deste debate na escola, do ensino sobre corpo, gênero e sexualidade e, a partir disso, refletir sobre a garantia dos direitos sociais do indivíduo independente do sexo, evidenciando a existência do preconceito com as mulheres.

Ainda assim, para que haja uma discussão e reflexão de impacto crítico frente ao tema com os discentes da EJA, também se faz necessário a existência de uma formação docente continuada, a fim de fortalecer os argumentos e mobilizar a categoria a este debate. O professor da EJA também precisa aprimorar a sua capacidade de reflexão e debate sobre determinados temas. O docente precisa se desconstruir com o passar dos anos, se inteirar sobre os movimentos culturais que lutam pela justiça - neste caso o feminismo -, para que assim possa trabalhar no combate ao preconceito com aa

mulheres e a cultura machista em sala de aula. Assim como Freire afirma que está “convencido da importância, da urgência da democratização da escola pública, da formação permanente de seus educadores e educadoras” (2014), acredito que a formação continuada dos professores sobre assuntos que impactam diretamente o convívio e os direitos sociais de homens e mulheres são primordiais para a transformação social.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a efetiva proposta de pesquisa, utilizei a metodologia de abordagem qualitativa, que se caracteriza como um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos, conforme Alves e Silva (1992). Neste processo, adotei como ferramenta de coleta de dados uma entrevista semi estruturada, visando a obtenção de informações predominantemente descritivas sobre a temática de pesquisa. Foram convidadas a participar das entrevistas três professoras atuantes na Educação de Jovens e Adultos da rede de ensino pública do município de Porto Alegre/RS, as quais serão identificadas pelas letras iniciais de seus nomes, visando à preservação da identidade das participantes. A escolha das entrevistadas ocorreu com base na lista de escolas parceiras do grupo de estágio obrigatório de EJA da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As professoras de graduação responsáveis pela orientação dos estagiários de EJA na FACED têm proximidade com as docentes titulares desta modalidade de ensino, o que faz com que as orientadoras acabem inteiradas sobre os temas recorrentes das turmas de jovens e adultos. Neste sentido, busquei indicações de potenciais docentes da EJA para serem entrevistadas e obtive o nome de três professoras atuantes em escolas públicas de Porto Alegre.

As entrevistas tiveram como eixo central de discussão o objetivo geral deste trabalho, sendo este: **conhecer e analisar quais as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras atuantes na Educação de Jovens e Adultos que visam promover a conscientização sobre o preconceito de gênero com a mulher e o enfrentamento da desigualdade de gênero na escola.** A partir do objetivo geral, foram definidos objetivos específicos para a pesquisa:

- Identificar se há e como se manifesta o preconceito de gênero com a mulher e o machismo nas turmas de EJA das docentes entrevistadas;
- Investigar a recorrência do debate sobre preconceito de gênero e feminismo através de estratégias de ensino;
- Refletir sobre as estratégias de ensino relatadas nas entrevistas com as docentes, a fim de tratar da importância do debate sobre preconceito com a mulher e a necessidade de formação docente voltada ao enfrentamento das questões de gênero na escola.

Perante isso, durante a realização da coleta de dados, utilizei um roteiro⁵ previamente elaborado com base na problemática da pesquisa, o qual elencou tópicos que serviram de base para que a entrevistadora realizasse as perguntas, sendo estes: 1 - Situações vivenciadas pelas entrevistadas no contexto da EJA que expressaram o preconceito de gênero com as mulheres; 2 - Recorrência de falas e atitudes que reproduzem o estereótipo de gênero e o preconceito com a mulher, por parte dos alunos ou de membros do corpo docente; 3 - Existência ou não de estratégias de ensino na EJA que englobam o enfrentamento ao preconceito de gênero com a mulher e o conhecimento dos estudos feministas; 4 - Recomendações políticas repassadas pela equipe diretiva da escola quanto à abordagem de temáticas de gênero em sala de aula; 5 - A opinião mais comum dos alunos da EJA sobre o preconceito de gênero com a mulher e a desigualdade entre os sexos; 6 - Realização de algum tipo de formação docente que abordasse a temática de gênero e/ou preconceito com a mulher. Se sim, quais as contribuições; se não; acredita que seja necessário?

É importante salientar que em razão da *pandemia de coronavírus*⁶ decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, as entrevistas foram realizadas em formato online, através da plataforma de encontros virtuais Google Meet, com cerca de 30 minutos a 1 hora de duração cada. Optei pela entrevista semi estruturada com vistas à efetiva análise dos contextos pesquisados - neste caso, sobre o preconceito de gênero com a mulher na Educação de Jovens e Adultos -, por intermédio das falas e experiências narradas pelas entrevistadas, sempre “respeitando [...] o universo próprio de quem fornece as informações, opiniões, impressões” LÜDKE e ANDRÉ, 2018, p.41). De acordo com Menga Lüdke e Marli André (2018, p.42) “ao entrevistarmos professores [...] não lhes estaremos certamente impondo uma problemática estranha, mas, ao contrário, tratando com eles de assuntos que lhes são muito familiares sobre os quais discorrerão com facilidade”.

Ainda segundo estas autoras “[...] a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada,

⁵ O roteiro de entrevista utilizado está disponível nos apêndices deste trabalho.

⁶ “Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus”. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LÜDKE e ANDRÉ, 2018, p.34). Seguindo esta lógica, após a realização das entrevistas foram definidos parâmetros de análise dos dados obtidos de acordo com os pontos mais levantados durante os relatos das professoras da EJA. À medida que as conversas foram se desenvolvendo, notaram-se algumas situações e falas recorrentes entre as três entrevistadas. A partir das entrevistas realizadas, parto para a leitura dos dados coletados, partindo da análise de conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2005) com o intuito de relacionar os pressupostos teóricos da pesquisa com as informações obtidas. Todas as entrevistas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo aos critérios da ética em pesquisa.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Representações do machismo em sala de aula

Na sociedade patriarcal em que vivemos, o sexo masculino historicamente assumiu posição de superioridade e controle sobre o sexo feminino. A partir disso, o machismo se proliferou com veemência na sociedade desenvolvendo uma cruel dualidade no que tange aos deveres e normativas envolvendo homens e mulheres, determinando que “homens são isso”, “mulheres são aquilo” e sempre colocando o sexo feminino como submisso às vontades e ordens advindas dos homens. Assim como expressa Louro “as definições de homem e mulher, do masculino e do feminino são efetivamente construções históricas e não um simples reflexo de um fato biológico” (LOURO, 1995, p.118). Ao realizar o levantamento de dados desta pesquisa, constatou-se que, ainda no século XXI, muitos homens manifestam suas crenças e ideologias de controle perante as mulheres através de atitudes e falas.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar se havia e como se manifestava o preconceito de gênero contra as mulheres na sala de aula da EJA e, a partir das entrevistas e falas das professoras constatou-se que sim, ainda há machismo e se faz presente no cotidiano das escolas de Educação de Jovens e Adultos, em algumas turmas de forma mais acentuada, em outras de forma mais sutil, visto que “de algum modo, ‘instalada’ na instituição escolar, a norma anuncia-se nas falas e gestos dos adultos e das crianças” (LOURO, 2000, p.70).

“Claro que tem uma fala ou outra deles machista, como alunos, como homens que são né” (D.M).

“A escola reflete a sociedade. A gente sabe que a sociedade é machista, preconceituosa e tudo isso se reflete”; “tem um certo machismo às vezes” (C.A).

“Eu tinha um colega que era machista, ele era machistinha assim, xaropinho, uma pessoa mais conservadora” (C.A).

Através dos relatos das entrevistadas podemos observar que as **representações de machismo em sala de aula no contexto da EJA** são presenciadas pelas professoras e se manifestam tanto por falas de alunos quanto de professores do sexo masculino. O que chama atenção é a forma com que as professoras se expressam quando questionadas sobre a existência do machismo no contexto em que estão inseridas.

Na primeira fala de D.M, o machismo é relacionado diretamente ao gênero, onde se acredita que todos os homens detenham de pensamentos e atitudes machistas enraizadas por ventura do sexo biológico, como se fosse da natureza masculina. Isso também fica ilustrado na fala de C.A, onde observamos que, ao se referir a um colega homem que julga ser machista, a entrevistada utiliza a palavra no diminutivo dizendo que o mesmo é “[...] machistinha, xaropinho [...]”. A aplicação da palavra no diminutivo também é relacionada a um adjetivo usado popularmente para indicar que um indivíduo é ‘chato(a)’/‘inconveniente’, o que nos leva a considerar certa naturalização do machismo na fala da entrevistada.

As falas de D.M e C.A podem ser utilizadas como indicativos de que o patriarcado instituiu uma educação historicamente baseada nas desigualdades de gênero e na condescendência em relação aos homens, o que acaba resultando em que, mesmo professoras engajadas nas causas sociais, instruídas intelectualmente e que buscam problematizar e debater sobre o machismo na sala de aula, ainda assim reproduzam determinadas falas que associem o preconceito e o machismo com o sexo dos sujeitos. Contudo, não nos deixemos enganar apontando a naturalização apenas na fala das entrevistadas, pois a lógica patriarcal atingiu a sociedade como um todo no que tange à naturalização de falas de teor machista e preconceituoso. Ao pararmos para refletir sobre nossas experiências e falas cotidianas, também vamos acabar constatando que certamente, todos nós, em algum momento de nossas vidas acabamos por reproduzir e anunciar falas deste tipo sem a menor intenção, e o pior, tão naturalizada na normativa social machista e preconceituosa que nem nos damos conta.

É interessante observar que, mais uma vez, o machismo foi imposto como resultado do sexo biológico do indivíduo, naturalizado por meio da norma patriarcal, a qual nos fez acreditar na potência dos homens e na impotência das mulheres. Louro alerta para este fato, dizendo que “a identidade masculina branca heterossexual é o exemplo mais acabado da invisibilidade da norma. Ela é, por excelência, não-

problemática. Para muitos ela não é somente a identidade normal, mas é, antes de tudo, 'natural'". (LOURO, 2000, p.69)

Já na fala de C.A, a entrevistada não cita uma situação específica, mas diz que é uma consequência, tendo em vista a sociedade preconceituosa e machista na qual estamos inseridos. As duas falas se complementam, pois assim como já exposto neste trabalho, estes são efeitos da cultura estabelecida pelo patriarcado.

Ao investigar sobre as representações de machismo e preconceito com a mulher no contexto da EJA, o controle masculino perante as esposas e namoradas, sem dúvida, foi o fator mais evidente dentre os relatos das entrevistadas, onde foi possível analisar mais um exemplo de domínio e normativa social proveniente do machismo.

"[...] várias situações, nem sei muito como organizar isso pra te dizer"; "O que mais me incomoda é o fato de as meninas desistirem de estudar em função de namorados"; "Elas eram extremamente controladas pelos namorados, para não conversar com outros meninos, a ponto de não sair no intervalo, ficar na sala somente com o namorado e, ao final, quando os namorados desistiram dos estudos elas desistiram também" (L.S).

Nos trechos acima, a docente expõe que este tipo de representação machista e preconceituosa é observado com muita frequência na escola em que atua, deixando explícito que, ainda nos dias atuais, há homens que inviabilizam e intervêm no acesso ao direito à educação das mulheres, tentando controlá-las e torná-las submissas às suas vontades. A professora L.S também relatou já ter presenciado casos de alunas que foram para a aula acompanhadas de seus parceiros e namorados e que, durante a aula, testemunhou situações entre os casais muito desconfortáveis e nitidamente machistas.

"O companheiro fica controlando tudo que a mulher faz né, inclusive de rir mais alto, falar na aula, às vezes até de se mostrar mais inteligente e participativa, e o cara se incomoda muito com isso" (L.S).

Frente a estes relatos, faz-se necessário pensar em quantas mulheres evadem da EJA por determinação de seus maridos e namorados, quantas sofrem com esse tipo de

controle e são subjugadas às vontades e determinações do parceiro. Nitidamente, nos relatos da professora L.S. há delimitação do que elas podem ou não fazer, cerceando como e com quem podem ou não se comunicar, ou simplesmente as reprimindo ao adquirir conhecimentos e participarem de modo ativo dos debates em sala de aula. Algumas são privadas do direito ao estudo, para que não se sobressaiam perante aos homens. Esta é uma das formas de manifestação do machismo que ainda nos cerca vigorosamente nos dias atuais. Neste ponto, os homens ainda acreditam que se faz necessário o controle sobre as mulheres e estarem hierarquicamente acima delas.

O preconceito hierárquico e controlador se destaca quando o sexo masculino se apresenta superior ao feminino, até mesmo em situações de aprendizagem, onde os homens não se conformam que as mulheres saibam mais do que eles. No contexto escolar da EJA percebemos que alguns homens consentem que as parceiras busquem conhecimento, mas sempre determinando um limite, tentando garantir que elas nunca saibam ou aprendam mais do que eles. A partir destas atitudes, estes homens demonstram não querer que a figura feminina se sobressaia ou ultrapasse a sua posição social, logo, dispõem de regras e condicionamentos para que as mulheres se mantenham submissas.

Não pensemos que estas falas e atitudes partem apenas de alunos da EJA por sua pouca escolaridade, pois mesmo os docentes das turmas de jovens e adultos, dos quais poderíamos não esperar falas ou atitudes preconceituosas, tendo em vista o nível intelectual e o acesso aos embates sociais de gênero, ainda expressam e agem de forma machista e preconceituosa.

“[...] já vi situações de estar na sala dos professores e uma pessoa em posição de chefia, chegar e fazer uma brincadeira extremamente machista com uma colega, dizendo: tu foi a única que não quis sair comigo aqui dentro” (D.M).

Este é o reflexo de uma sociedade culturalmente machista, onde independente de idade, conhecimento e acesso à informação, o homem age como se a submissão e interesse feminino fosse preceito perante o sexo masculino, acreditando que suas atitudes devem ser aceitas e acatadas pelas mulheres.

Felizmente nos dias atuais o machismo e o preconceito com a mulher se tornam cada vez mais questionáveis na sociedade, gerando conteúdo e debate em sala de aula,

para que possamos colocar em pauta na escola a lamentável inferiorização da mulher e a necessidade de extinção da dualidade de gênero. É a partir de situações como as citadas acima que se percebe o grande caminho que o sexo feminino tem pela frente na desmistificação cultural do machismo e na luta pelo mero respeito e garantia de direitos iguais entre homens e mulheres.

Apesar do exposto, também ouvi relatos das entrevistadas com episódios onde a mulher não se submeteu, buscando se impor e manifestando-se contra determinadas atitudes e falas que partiram de seus colegas homens.

4.2 Estratégias de ensino e abordagem: mulheres de referência

No que se referem às estratégias de ensino utilizadas nas turmas de EJA que visam a construção de um pensamento crítico, dando a real importância e visibilidade ao debate e aos estudos sobre preconceito de gênero com a mulher e feminismo, segundo Louro “as professoras e professores deveriam organizar situações-estímulo, prever condições facilitadoras de aprendizagem, promover o diálogo, favorecer a conscientização (2000, p.61). Logo, analisando os dados nessa perspectiva, constatou-se que as professoras entrevistadas majoritariamente utilizam de práticas e métodos bem parecidos para colocar os estudos relacionados à mulher em evidência na sala de aula. As três docentes indicaram utilizar como estratégia a inserção de autoras femininas em seus planos de aula, pois, segundo elas, isso coloca as mulheres em papel de destaque e mostra aos discentes que não existem estudos e conhecimentos válidos partindo apenas do sexo masculino.

“Eu busco trabalhar bastante a questão das referências femininas, de trazer elas, eles lerem biografias, entrevistas dessas mulheres e lideranças” (L.S).

“[...] mostrar que mulheres escrevem, mostrar que mulheres têm muita capacidade sim de produção, tanto quanto o homem” (D.M).

“A gente gosta de trabalhar com autoras mulheres, trazer histórias onde as mulheres

são protagonistas também, e sempre procura um viés para fazer esse paralelo com a realidade deles” “A gente tá sempre trazendo esse protagonismo feminino” (C.A).

Ao trabalharem com obras de autoria feminina, as professoras da EJA dizem dar ênfase ao fato de que aquele texto foi redigido por uma mulher para que, de certa forma, as alunas mulheres se sintam representadas e compreendam que o sexo feminino tem tanta capacidade quanto o sexo masculino em realizar estudos e produções acadêmicas de importância. Já na perspectiva dos alunos do sexo masculino, duas das entrevistadas dizem que a grande maioria dos homens aceitam o conteúdo e não desmerecem ou tecem comentários machistas em virtude da autoria feminina. Já uma das professoras, relata que, em alguns momentos de docência, vivenciou demérito por parte dos homens ao conteúdo por ser escrito por mulheres.

“Isso incomoda muito os homens; deles desmerecerem, debocharem, acontece bastante” (L.S).

Ao analisar os relatos acima nos deparamos com dois contrapontos. Por um lado, percebemos que alguns dos alunos homens da EJA, respeitam e reconhecem as obras elaboradas por mulheres, dando o devido valor e atenção ao estudo, sem questionar a validade do material em virtude de sua autoria. Por outro lado, nos deparamos com mais uma manifestação de machismo evidente, onde alunos homens desmerecem a qualidade das obras femininas e desmoralizam o trabalho das autoras apenas pelo fato de serem mulheres. A professora não detalhou as situações (que tipo de obra, qual conteúdo), trazendo uma abordagem mais geral do tema.

Mais uma vez o homem manifesta acreditar ser superior perante às mulheres, desta vez revelando isso através da desvalorização dos conteúdos de escrita feminina, como se só autores do sexo masculino tivessem trabalhos válidos e de qualidade. É importante pensar que tais atitudes advêm da lógica patriarcal, na qual está incluída a desvalorização ou o desconhecimento sobre o que é feito pelas mulheres.

Precisamos considerar que figuras femininas sempre se fizeram presentes nos cenários científico e acadêmico, apesar de não serem devidamente evidenciadas. Logo, em virtude do ‘estrelismo’ de autores homens, tais mulheres nunca tiveram o devido crédito e visibilidade perante suas obras e descobrimentos. As mulheres sempre tiveram

suas obras e contribuições ofuscadas por autores do sexo masculino, o que contribuiu para que, por muitos anos, as mesmas não fossem devidamente mencionadas e valorizadas no ambiente escolar.

Ainda analisando as estratégias de ensino na perspectiva dos estudos feministas, verificou-se que a maioria das práticas que enaltecem autoras mulheres ou que colocam a figura feminina em evidência são realizadas em datas específicas durante o ano letivo, pois em duas das entrevistas foram citados o mês de março e o mês de julho como período de maior abordagem desta temática, isso em virtude do dia Internacional da Mulher (8 de março) e do dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25 de julho). Nestas datas, as professoras relataram que sempre buscam propor atividades variadas, como palestras e saraus, para que as convidadas mulheres possam contar suas histórias e que para além do estudo, as alunas mulheres se sintam representadas nos relatos e falas das convidadas e os alunos homens se deparem com figuras de poder e intelecto feminino.

Em contrapartida, uma das entrevistadas revelou durante a entrevista que já sente os resultados da abordagem de estudos e conteúdos ligados ao preconceito de gênero com a mulher e o machismo em sala de aula.

"Quando a gente lê alguma coisa e percebe alguma coisa, um livro, eles percebem 'mas isso é machismo né professora?' E aí a gente discute, a gente conversa" (C.A).

Esta professora expõe que seus alunos, tanto homens quanto mulheres, em alguns momentos já conseguem identificar e apontar situações de machismo na escola e em sala de aula, até mesmo na análise de livros ou reportagens. É importante frisar na fala da docente a questão da discussão, da conversa e do debate sobre o tema, pois percebe-se que, para além da inclusão da figura feminina no estudo de obras e atividades, também se assenta o debate e a reflexão sobre o assunto, o que é crucial na absorção dos saberes.

4.3 A resistência das mulheres

Como resultado das estratégias de ensino voltadas ao combate do preconceito de gênero com a mulher e o machismo, durante as entrevistas identifiquei que, como

resultado a estas ações, as escolas acabam por promover a resistência das alunas da EJA. Muitas das alunas mulheres que frequentam a EJA já vivenciaram situações de preconceito e machismo em suas vidas o que, por muitas vezes, também acabou intervindo na escolarização das mesmas, assim como observamos no tópico *representações de machismo em sala de aula*.

Ao entrarem na EJA e se depararem com representações femininas, com o debate sobre o machismo e o preconceito e, também, com os estudos feministas, estas alunas acabam por compartilhar e relacionar suas histórias de vida com o assunto abordado. Neste sentido, as docentes entrevistadas contam que sempre buscam evidenciar os direitos e deveres destas mulheres perante a sociedade, gerando incentivo e lhes colocando em lugar de evidência e de fala, assegurando a elas que o preconceito não deve ser aceito dentro ou fora da escola, pois as mulheres não são submissas aos homens, logo são tão capazes quanto eles e detêm dos mesmos direitos sociais.

“Elas [alunas] se sentem mais empoderadas, até para lutar pelos direitos delas fora da escola; elas sabem que têm direitos e algumas coisas não podem admitir; eu vejo que elas levam isso pra elas, pra vida delas, pras filhas, pras netas e isso é bem legal” (C.A).

“[...] algumas alunas têm dificuldade de se impor, de falar e se colocar em um lugar de poder. A gente busca incentivar essas mulheres nesse sentido” (L.S).

É possível identificar que a escola e as docentes atuantes neste espaço formativo têm grande influência no processo de resistência das alunas mulheres frequentadoras da EJA. As docentes têm a oportunidade de abordar a questão do preconceito de gênero com a mulher e, por fim, “enfrentá-las nos ambientes escolares, em diálogo com toda a comunidade e com o movimento feminista” (PISCITELLI, 2009, p.7). Desta forma, à medida em que vão assimilando seus direitos como sujeitos, estudando sobre referências femininas intelectuais e conhecendo mulheres com evidencia na escola e na sociedade, as alunas da EJA se inspiram, se identificam e compreendem que podem se impor e ultrapassar barreiras do preconceito de gênero e do machismo. Também é importante darmos o devido crédito ao movimento e aos estudos feministas no processo de resistência destas mulheres na escola, pois “desde os seus primeiros passos, a razão

de ser do movimento feminista foi “empoderar” as mulheres” (PINTO, 2010, p.22).

“A grande maioria das professoras é mulher, a diretora e a vice são mulheres, então assim a gente tem uma representatividade feminina em todos os espaços da escola, assim acaba tendo essa coisa do feminismo dentro da escola” (C.A).

“Nas conversas as meninas se posicionam dizendo que enxergam o machismo na comunidade, enxergam o machismo em casa e elas enxergam que isso é errado” (L.S).

Para mulheres que foram silenciadas e submissas ao sexo masculino durante grandes períodos de suas vidas, a representatividade e a resistência feminina, advinda da escola, são cruciais no desenvolvimento da autoconfiança e da consciência feminista. Quando se fala em consciência feminista, se refere à luta pela igualdade dos direitos sociais, na colocação da mulher em espaços de poder e uma vivência social de equidade entre homens e mulheres.

Ainda no âmbito da resistência, as entrevistadas *D.M* e *L.S* relataram situações muito parecidas vivenciadas em suas turmas, onde alunos homens tentaram ter uma aproximação amorosa com colegas mulheres, mas, em ambos os casos, as alunas negaram as investidas e afirmaram que não tinham a intenção de se relacionar com os colegas. Em ambos os casos, as professoras contam que os alunos homens ficaram ofendidos com a negativa das colegas e demonstraram não aceitar que elas não quisessem se relacionar com eles.

“Ele queria “ficar” com ela e ficava na volta dela na aula e no intervalo, mas ela sempre dizia que não queria, pedia pra ele se afastar”; “um dia ela se irritou com ele por causa disso, e eles brigaram porque o guri não aceitava que ela não queria ficar com ele” (L.S).

“[...] ele [o aluno] meio que tentou se passar com ela, e daí ela deu um ‘cortaço’ nele e eles tiveram um atrito” (D.M).

Através dos relatos é possível identificar que os alunos em questão não aceitam a

negativa feminina, acreditando que as colegas deviam ter cedido às suas investidas e, quando não cederam, os mesmos ficam inconformados e se revoltam perante a negação das mulheres, gerando um atrito em sala de aula; pelas palavras de Louro “Essas garotas incomodam [os homens], já que contrariam a posição sexual que, tradicionalmente, lhes é atribuída na cultura” (2000, p.71). Estes dois casos parecidos, nada mais são do que outras formas de representação do machismo enraizado na consciência masculina, que se entrelaça à crença tradicional de submissão das mulheres e faz com que os homens pensem que todas devem estar disponíveis e interessadas em se relacionar com eles, considerando que, na perspectiva patriarcal, são “propriedade” deles.

4.4 Formação continuada docente em escassez

Para além das representações de machismo e preconceito com a mulher no contexto da EJA e a estratégias de abordagem destes conteúdos, um fator que ficou muito evidente, durante a realização da pesquisa, foi a imensa carência de formação docente continuada e não apenas a formação envolta aos estudos de gênero e feminista, mas na formação continuada como um todo.

“[...] na EJA não chega quase nada pro professor de EJA e pro aluno; Tudo é a gente [docente] que tem que correr atrás e levar pro aluno” (L.S).

“De forma pontual, não se tem formação sobre este tema, nós temos apenas debates sobre preconceito no geral” (C.A).

“É muito difícil a gente receber algum tipo de formação pra EJA que venha de fora da escola” (D.M).

Diante dos relatos é possível constatar que o poder público não se empenha em propor formação para os profissionais atuantes na Educação de Jovens e Adultos. Percebemos que esta, se tratando de uma modalidade de ensino que acolhe indivíduos que foram impossibilitados de se escolarizar no tempo determinado como “certo” e que foram excluídos e menosprezados pela sociedade, também tem seus professores

desprezados pelo poder público que, por sua vez, nada propõe para que os docentes se qualifiquem no papel que exercem.

Para além da formação em licenciatura, é necessário que o docente se qualifique diante dos conteúdos à medida que os anos passam, tendo em vista que novas pautas e saberes são construídos com o passar dos anos, tendo como exemplo o tema deste trabalho. Conforme expressa Freire:

[...] estou convencido da importância, da urgência da democratização da escola pública, da formação permanente de seus educadores e educadoras [...]. Formação permanente, científica, a que não falte sobretudo o gosto das práticas democráticas, entre as quais a de que resulte a ingerência crescente dos educandos e de suas famílias nos destinos da escola. (FREIRE, 1997, p.11)

Há anos atrás não se ouvia falar de feminismo nem se debatia sobre preconceito de gênero com a mulher, pois o machismo por muitos anos foi disposto como “natural” e fazia parte da cultura, sem ser questionado. Logo, a partir das lutas e reivindicações feministas pelos direitos das mulheres, o tema ganhou proporções e visibilidade e, sem dúvidas, adentrou muitos espaços educacionais, gerando reflexão e criticidade, a partir dos estudos de gênero.

Para que os docentes debatam, questionem e lecionem em uma perspectiva crítica, é fundamental a formação continuada, tendo em vista que “nas escolas, não apenas as diversas áreas ou disciplinas foram produzidas sob a perspectiva masculina heterossexual (e então, tradicionalmente deixam de fora os saberes, as experiências e os problemas das mulheres)” (LOURO, 2000, p.68). De encontro aos estudos de Freire (1997), o qual acredita que o docente deve estar em constante formação e transformação, temos que compreender que a falta de formação continuada dos professores da EJA também contribui para a lenta e limitada abordagem dos estudos de gênero em sala de aula e faz com que os professores não abordem tais temas em suas turmas pela falta de domínio sobre estes estudos.

Ainda assim, durante as entrevistas, percebi que mesmo com a falta de incentivo e formação docente por parte do poder público, as professoras mulheres assumem um papel importante na busca pelos conhecimentos acerca dos estudos de gênero e na abordagem e debate sobre preconceito com a mulher e machismo em sala de aula.

“Essa questão de gênero a gente sempre trabalhou e a gente fala nas nossas

reuniões. Embora a gente não tenha um momento de formação, a gente conversa sobre essas questões e elas estão muito presentes no nosso cotidiano” (C.A).

“Eu ‘tô’ fazendo um curso de extensão que a escola divulgou pros professores aqui que aborda essa questão das mulheres. É uma proposta das próprias professoras aqui da escola que estudam sobre isso”; “O curso aborda questões de gênero, do feminismo” (D.M).

Observa-se que, no geral, as docentes não recebem cursos de formação, mas que na falta de propostas advindas de fora da escola, as mulheres atuantes nestas instituições elaboram atividades de estudo por conta própria. Justamente, por serem mulheres e pelas situações que vivenciam, entendem o quanto é necessário que todos os professores e professoras adquiram novos conhecimentos sobre a temática de gênero e feminismo, para que possam debater e ensinar com domínio tais conteúdos em sala de aula. Ainda assim, percebe-se que o interesse pelo estudo e abordagem deste tema parte muito mais das professoras mulheres do que dos professores homens, o que vai de encontro com a necessidade de extinção da dualidade de gênero até mesmo no corpo docente da escola e põe em evidência a real necessidade de formação dos professores da EJA sobre o combate ao machismo e difusão dos estudos feministas. Para que as questões de preconceito com a mulher e o machismo sejam erradicadas no ambiente escolar, é extremamente necessário que todos os professores, os quais são responsáveis por mediar o conhecimento dos alunos, adquiram conhecimento sobre os estudos feministas e de gênero, independentemente de ser homem ou mulher.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer uma análise sobre os fatores que motivaram a escrita deste trabalho de conclusão de curso e, ao relacioná-los com os estudos realizados e os dados obtidos nesta pesquisa, percebo o quanto o preconceito de gênero com a mulher e o machismo, ainda se fazem presentes na conjuntura atual das escolas e da sociedade. Na perspectiva da EJA, dependendo do contexto social que cerca as instituições de ensino, em algumas escolas se manifestam de forma mais sutil e quase que mascarada em tons de ‘brincadeira’ e ‘naturalidade’, já em outras aparecem de modo mais acentuado e relutante.

É a partir de tais constatações que ressalto a importância da abordagem das questões de gênero em sala de aula e defendo a utilização de estratégias de ensino que evidenciem o preconceito com a mulher, apresentem o machismo instaurado de forma histórico-cultural na sociedade e por fim, exponha a real necessidade de erradicação das desigualdades sociais entre os sexos feminino e masculino. Isso tudo deve se manifestar através de estratégias de ensino que permitam que os discentes da EJA sejam capazes de refletir, compreender e rejeitar a ideia de que a natureza biológica do ser humano é responsável pelas diferenças e desigualdade entre homens e mulheres, conforme expressam Nader e Rangel (2014, p. 13).

Devemos atentar que de nada adianta expor e trabalhar com autorias femininas ou figuras de poder feminino, sem que posteriormente haja uma reflexão com os discentes diante do tema, pois é somente refletindo sobre o que se aprende, que os alunos conseguem compreender, absorver e levar aquilo para si. É crucial no processo de erradicação do machismo expor que o sexo feminino também é responsável por grandes feitos na nossa sociedade, sejam eles a escrita de obras, estudos e descobrimentos, bem como a sua presença e atuação em diversas áreas de supremacia masculina na atualidade. Ainda assim, para além das práticas de inserção e evidência de autoras mulheres nos estudos da EJA, também se faz necessário reforçar e expor que não apenas o homem é digno de grande intelecto e capacidade de domínio social, pois as mulheres também se fazem presentes nas demais áreas de atuação intelectual e profissional, principalmente naquelas onde ainda se tem o estigma de que são espaços de atuação majoritariamente masculinos, como por exemplo, na engenharia, na mecânica, na política, no mercado financeiro e demais áreas de poder, nas quais com o passar dos anos e como resultado das grandes lutas feministas, a mulher vem se

inserindo cada vez mais. Desta forma, é importante frisar, de acordo com Álvarez que

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ, 1990, p. 23 *apud* PISCITELLI, 2009, p.54).

Apesar disso, tendo em vista que o machismo e o preconceito de gênero são fatores presentes de forma constante no convívio social, faz-se necessário a abordagem da figura feminina e dos estudos de obras e feitos realizados por mulheres durante o ano todo e não apenas em datas tidas como “comemorativas”. Quanto mais a figura feminina for inserida nos estudos e nas práticas curriculares da escola, mais a consciência sobre equidade de gênero e poder feminino irá se desenvolver e crescer nestes espaços de aprendizagem, visto que “a mudança que se instalará com relação aos estudos sobre a mulher, a partir de então, é tributária desses movimentos sociais” (LOURO, 1995, p.102).

O preconceito de gênero e o machismo só passam despercebidos e se naturalizam no meio social quando não há problematização destas situações. Nesse sentido, dispomos do movimento feminista que luta, há décadas, por direitos iguais para todas as pessoas. Ainda assim, é preciso que todos conheçam, compreendam e lutem pelas causas feministas, não apenas mulheres em idade adulta, mas também homens, jovens, idosos... E que lugar melhor que a escola para que estas questões sejam evidenciadas, estudadas, problematizadas e, por fim, faça com que os sujeitos disponham de conscientização e criticidade frente a estes fatores.

Na perspectiva da EJA, penso que esta é uma modalidade de ensino que dispõe de grande potencial no que tange ao combate do preconceito de gênero com a mulher, a aniquilação do machismo e a abordagem dos estudos feministas. Devemos pensar que os discentes da EJA trazem consigo bagagens culturais de grande valia, as quais podem e devem ser contextualizadas nas aprendizagens da escola e transformadas em fatores de estudo. Seguindo a lógica educacional de Freire (1974), devemos relacionar as vivências e o contexto de vida dos alunos com o estudo e os conteúdos abordados em sala de aula. Desta forma, o aluno reflete sobre a própria realidade e a escola pode trazê-la como tema gerador de discussão. As experiências de preconceito com a mulher e machismo que por muitas vezes são compartilhadas em sala de aula por alunos e/ou

alunas, podem ser aplicadas como tópicos de estudo e questionamento, colocadas como exemplos de superação ou, até mesmo, na perspectiva das alunas do sexo feminino, convertidas em resistência e autoconfiança, conforme estratégias utilizadas pelas professoras da EJA, expostas neste trabalho. Entendemos, assim, que “é problematizando o mundo do trabalho, da produção artesanal, das vivências femininas, enfim, o mundo da cultura ocidental e do patriarcado, que se torna possível vislumbrar um futuro emancipador para as mulheres”. (EGGERT; SILVA, 2012, p.62).

Em suma, esta pesquisa foi realizada com o intuito de gerar reflexões acerca do preconceito de gênero com a mulher e do machismo, a fim de compreender de que forma ele vem se manifestando nas turmas de EJA. Diante disso, após análise e reflexão sobre os dados obtidos no desenvolvimento deste trabalho, tornou-se evidente que, apesar da luta feminista exercida de longa data e das inúmeras discussões e embates sociais acerca da desigualdade de gênero ocorridos no decorrer das últimas décadas, ainda assim, precisamos encontrar novas estratégias de combate a estas questões. Como expressa Louro:

[...] gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são "generificadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos (LOURO, 1995, p.103).

Diante do que expressa Louro (1995) refletimos que, tão necessário quanto combater o preconceito de gênero com a mulher e o machismo, é igualmente importante permitir que as pessoas sejam conhecedoras da trajetória histórica de constituição das figuras feminina e masculina, e que se entenda o porquê de os homens terem sido colocados em uma posição de poder e isso ter sido tomado como verdade absoluta durante muitos séculos. É importante que seja pauta, para crianças, jovens e adultos, os efeitos do conservadorismo e do patriarcado, bem como sua influência sobre determinadas questões, isso tudo considerando que “os debates provenientes da história das mulheres e dos estudos de gênero retêm terrenos pouco ou ainda inexplorados” (NADER; RANGEL, 2014, p.102).

Apesar disso, tendo em vista os dados expostos neste trabalho, é preciso considerar o longo caminho que as mulheres e o movimento feminista têm a percorrer no processo de disseminação do machismo, para o fim do preconceito de gênero e a garantia de igualdade social entre homens e mulheres. Apesar dos muitos avanços,

ainda nos deparamos com resquícios da dominação e superioridade masculina na sociedade e “esta estrutura de dominação tem duas características muito particulares que provocam efeitos profundos nas formas de participação da mulher na vida pública: uma desigualdade social abismal e uma hierarquia rígida em relação ao acesso a direitos” (PINTO, 2010, p. 22).

Por fim, imaginemos viver em um mundo onde os estudos de gênero são disseminados já no ensino regular, onde a igualdade e os direitos sociais independem do sexo dos indivíduos para serem devidamente asseguradas, onde não exista hierarquia social que beneficie e enalteça as contribuições e feitos apenas do sexo masculino. Uma sociedade desenvolvida com base na equidade, onde a escola e os professores de todos os níveis de ensino recebem subsídios formativos para instruir seus alunos, no intuito de desenvolver conhecimentos acerca dos paradigmas sociais, onde se estabeleça senso crítico e consciência sobre os direitos e deveres de cada um de nós na sociedade, sem medo da censura governamental. Acredito que esta, apesar de parecer uma realidade muito distante e improvável em meio a uma sociedade cercada de nuances machistas e preconceituosas, é sem dúvidas, o futuro que as mulheres exigem e batalham diariamente para conquistar.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena GF. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta.** Paidéia (Ribeirão Preto), n. 2, p. 61-69, 1992.

ANDRADE, Sandra dos Santos; MEYER, Dagmar Estermann. **Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas.** Educar em Revista, n. SPE-1, p. 85-99, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BDTD, **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** 2019. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>> Acesso em: 28 de Novembro de 2019.

BORGES, Maria Luisa Amorim. **Mapeamento de trabalhos publicados nos Anais do ENPEC : a diversidade da temática de Gênero e Sexualidade e seu amplo potencial de transformação.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB.** 9394/1996.

CAPES, Portal de Periódicos. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 28 de Novembro de 2019.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. **Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil.** Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 1, p. 119-136, 2015.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo.** São Paulo: Perspectivas, 3, 1980, p. 81-85.

EGGERT, E., SILVA, M. A. da. (2012). **Observações Sobre Pesquisa Autobiográfica na Perspectiva da Educação Popular nos Estudos de Gênero.** *Revista Contexto & Amp; Educação*, 26(85), 51–68.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte".** Educação & sociedade, v. 23, n. 79 p. 257-272, ago 2002.

FRANCO, Maria Laura P. B. Franco. **Análise de conteúdo.** 2.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão. Instrumentos Metodológicos I.** 2ª ED. São Paulo Espaço Pedagógico, 1996. Letras, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; FISCHER, Maria Clara Bueno. **Escola, trabalho e gênero: uma experiência da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino de Porto Alegre**. *Educar em Revista*, v. 35, n. 75, p. 335-354, 2019.

GOMES, Maria Antônia de Paula. **A construção de igualdade de gênero no currículo da educação de adolescentes, jovens e adultos na rede municipal de ensino de Goiânia**. 2016. 196 f. Dissertação (mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

HOSTYN, Victória Leizer dos Santos. **Atitudes sexistas de professores de educação física durante suas aulas : relatos e reflexões**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. **Planejamento de avaliação em EJA**. IN: Loch, M.P.; BINS, Katiusha, L.G.; Cristhofoli, M.C.P.; VITORIA, M.I.C.; MORAES, S.C.; HUERGA, S. *EJA: metodologia, planejamento e avaliação*. Porto Alegre: Editora

LAKATOS, Eva Maria; DE ANDRADE MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 224 p. Mediação. 2010. p. 15-35.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. *Educação & Realidade*, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Editora Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Proposições*, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

LUME, **Repositório Digital UFRGS**. 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/>> Acesso em: 28 de Novembro de 2019.

MAGRI, Leonardo. **Mediações de conflitos de preconceitos na sala de aula da EJA a visão das professoras em formação**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. MINAYO, M. C. de S. DELANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. p. 9-29.

NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira (Ed.). **Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia**. EDUFES, 2014.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. **Trabalhos científicos e o estado da questão**. Estudos em avaliação educacional, v. 15, n. 30, p. 5-16, 2004.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 2012 p. 131 a 158. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21).

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza, 2018.

PEREIRA, Ana Luiza Telles. **Gênero, sexualidade e educação: um estudo feminista e fenomenológico com educadoras de uma EMEF em São Paulo**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de sociologia e política, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PISCITELLI, Adriana et al. **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico -2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

REED; Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2008. 144p, (Coleção 10 n.12) - 2ª Edição.

RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. 2007.

SILVA, Gabriele. O que é patriarcado? Educa + Brasil. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patriarcado>> Acesso em: 17 de maio de 2021.

SILVA, Janaina Barbosa da. **Como as crianças e adolescentes expressam opressões relativas a gênero e sexualidade em oficinas extensionistas na grande Cruzeiro em Porto Alegre**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SIQUEIRA, Antônio Rodolfo de; GUIDOTTI, Viviane. **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. 216 p.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Olhares de gênero na perspectiva escolar**. 2015.

SOARES, Francinéia Francisca Gomes. **A relação dialógica: mulher e EJA na construção da consciência feminista**. 2017. 126 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VERISSIMO, Ana Carolina Brandão. **Práticas Extensionistas como promotoras da equidade de gênero: uma discussão possível?** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

TÓPICOS DE ABORDAGEM:

1 - Situações vivenciadas pelas entrevistadas no contexto da EJA que expressaram o preconceito de gênero com a(s) mulher(s);

2 - Recorrência de falas e atitudes que reproduzem o estereótipo de gênero e o preconceito com a mulher, por parte dos alunos ou de membros do corpo docente;

3 - Existência ou não de estratégias de ensino na EJA que englobam o enfrentamento ao preconceito de gênero com a mulher e o conhecimento dos estudos feministas;

4 - Recomendações políticas repassadas pela equipe diretiva da escola quanto à abordagem de temáticas de gênero em sala de aula;

5 - A opinião mais comum dos alunos da EJA sobre o preconceito de gênero com a mulher e a desigualdade entre os sexos;

6 - Realização de algum tipo de formação docente que abordasse a temática de gênero e/ou preconceito com a mulher? Se sim, quais as contribuições; Se não; acredita que seja necessário?.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: PRECONCEITO DE GÊNERO NA ESCOLA: Como as docentes da EJA lidam com manifestações de preconceito com a mulher em sala de aula.

COORDENAÇÃO: ALINE LEMOS DA CUNHA DELLA LIBERA

Prezado(a) Sr(a),

Estamos desenvolvendo uma pesquisa “**PRECONCEITO DE GÊNERO NA ESCOLA:** Como as docentes da EJA lidam com manifestações de preconceito com a mulher em sala de aula”, coordenada pela Prof. Dra. ALINE LEMOS DA CUNHA DELLA LIBERA. Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade conhecer e analisar quais as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras atuantes na Educação de Jovens e Adultos que visam promover a conscientização sobre o preconceito de gênero com a mulher e o enfrentamento da desigualdade de gênero na escola.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa **3 professoras** titulares atuantes em turmas de Educação de Jovens e Adultos em Porto Alegre/RS.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você será entrevistado através de plataforma de videoconferência e a entrevista será gravada. É previsto em torno de 30 minutos de encontro, em horário a combinar, conforme a conveniência do participante. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com a Prof. ALINE LEMOS DA CUNHA DELLA LIBERA, pelo telefone (51) 98134-0689.

SOBRE A ENTREVISTA: Serão solicitadas algumas informações básicas sobre situações vivenciadas em sala de aula ou experiências dentro do ambiente escolar que foram caracterizadas como preconceito de gênero com a mulher. Também serão questionadas se existem e como são utilizadas estratégias de ensino por parte das professoras da EJA relacionadas ao preconceito de gênero feminino.

RISCOS: Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os riscos decorrem da possibilidade de alguma situação de estresse ou constrangimento, considerando que as questões a serem abordadas estão estreitamente vinculadas ao cotidiano do trabalho do entrevistado. Há risco de vazamento de dados, na medida em que haverá registro das entrevistas em vídeo e, para minimizá-lo, será realizada a transferência dos dados para Chasque-UFRGS.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação

de particularidades de cada entrevistado. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas, dando visibilidade ao debate sobre preconceito de gênero com a mulher na escola e a devida importância do feminismo e equidade de gênero na sociedade.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem.

Desde já, agradecemos a atenção e a participação. Caso queiram contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo email: iancabuenoff@gmail.com

Ao assinar esse termo você mantém o direito a buscar indenização judicial caso se sinta prejudicado pela pesquisa.

PARTICIPANTE

Eu, _____, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, concordo em participar.

Local e data: _____

(Assinatura do participante)

Eu, _____, membro da equipe do projeto **“PRECONCEITO DE GÊNERO NA ESCOLA: Como as docentes da EJA lidam com manifestações de preconceito com a mulher em sala de aula”**, obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE ou o pesquisador responsável)